



UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CATÓLICA

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | 9 |
| Balanco patrimonial | 12 |
| Demonstração do resultado | 14 |
| Demonstração do resultado abrangente | 15 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 16 |
| Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto | 17 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 18 |

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Ao Conselho de Administração e Assembleia Geral

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da União Brasileira de Educação Católica - UBEC apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

1. Mensagem do Conselho de Administração

Em 2024, o Grupo UBEC atendeu 33.918 alunos, sendo 6.156 na educação básica e 27.762 no ensino superior, registrando um crescimento de 15,5% em relação ao ano anterior. A receita líquida teve um aumento de 10%, passando de R\$ 353,4 milhões em 2023 para R\$ 389,2 milhões em 2024.

No âmbito financeiro, a disponibilidade líquida de caixa atingiu R\$ 76,0 milhões, representando um crescimento de R\$ 31,7 milhões em relação ao ano anterior. Apesar disso, a receita operacional líquida ficou abaixo do orçamento devido a um aumento na oferta de bolsas e descontos, naturais de ocorrer face à forte concorrência praticada por *players* em âmbito nacional. Para mitigar impactos financeiro, houve uma redução nas despesas com pessoal, que passaram a representar 62% da receita operacional líquida, alinhando-se à meta estabelecida.

Como parte da estratégia de sustentabilidade financeira, a UBEC aprimorou suas práticas de gestão da inadimplência, adotando um modelo baseado em monitoramento contínuo, análise de desempenho e otimização de processos.

Dentre as principais iniciativas implementadas, destaca-se a criação de um sistema estruturado de recuperação de crédito, que alia tecnologia e inteligência de dados para potencializar a eficiência operacional. Esse modelo inclui um monitoramento sistemático dos índices de inadimplência, com a utilização de métricas e indicadores que orientam ajustes táticos e operacionais.

Além disso, a atuação foi ampliada por meio da contratação de empresas especializadas em cobranças, otimizando assim a performance na recuperação de parcelas em atraso. A reestruturação da área de cobrança também possibilitou maior eficiência nos fluxos operacionais, priorizando estratégias segmentadas baseadas em análises de dados históricos.

As principais medidas adotadas incluem:

- Fluxo estruturado de cobrança: redução da taxa de inadimplência e otimização dos custos operacionais por meio de avisos preventivos e encaminhamento de parcelas em atraso para empresas terceirizadas a partir de 30 dias de vencimento.
- Automação de processos: implementação de sistemas automatizados para tarefas repetitivas, permitindo uma análise mais ágil e precisa dos dados e contribuindo diretamente para a redução da inadimplência.
- Integração de bases de dados: cruzamento de informações acadêmicas, financeiras e demográficas, proporcionando uma visão completa da situação dos alunos e identificando fatores de risco na concessão de parcelamentos.

- Modelagem preditiva: desenvolvimento de modelos estatísticos para prever a probabilidade de inadimplência com base no histórico de pagamento e na situação financeira dos alunos.
- Acompanhamento contínuo da recuperação de crédito: revisão periódica das estratégias adotadas, ajustando-as com base nos insights obtidos a partir da análise de desempenho.
- Definição de métricas-chave: utilização de indicadores como o Tempo Médio de Atendimento (TMA) e a eficácia das estratégias de cobrança para garantir um monitoramento preciso e assertivo.
- Uso de ferramentas avançadas de análise de dados: identificação de padrões e tendências de comportamento dos alunos em relação ao pagamento de débitos educacionais.

Essas ações reforçam o compromisso da UBEC com a sustentabilidade financeira da instituição, garantindo um processo de recuperação de crédito mais eficiente, estruturado e alinhado às melhores práticas do setor.

Entre os destaques acadêmicos, destaca-se o crescimento expressivo de 25,6% no número de alunos da graduação presencial (8.661 alunos em 2023 para 10.880 em 2024) da Universidade Católica de Brasília (UCB, consolidando-se como a maior unidade de missão da UBEC).

Esses resultados reforçam o compromisso da UBEC e de suas instituições mantidas com a excelência acadêmica e a sustentabilidade financeira, garantindo a perenidade do grupo e a continuidade do crescimento sustentável.

2. A União Brasileira de Educação Católica – UBEC

2.1. Visão Geral

A União Brasileira de Educação Católica - UBEC, fundada em 12 de agosto de 1972, é uma associação civil, confessional, de direito privado e de caráter assistencial, educacional, filantrópico e sem fins econômicos. A UBEC foi fundada por cinco Congregações Religiosas e um Instituto, na qualidade de instituidoras: (1) Inspetoria Madre Mazzarello, Instituição Canônica do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora; (2) Sociedade Porvir Científico, Província La Salle Brasil-Chile, do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs; (3) União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), Província Marista Brasil Centro-Norte, do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas; (4) Inspetoria São João Bosco (ISJB), Instituição Canônica da Sociedade São Francisco de Sales; (5) Associação Planalto de Assistência e Instrução Popular (ASPLA), Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo; (6) Instituto Católico de Minas Gerais (ICMG)/Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano.

2.2. Objetivos estatutários

- Manter instituições educacionais em todos os níveis e modalidades.
- Criar, manter e desenvolver atividades para assegurar sua sustentabilidade e qualificação de seus serviços.
- Promover ações assistenciais e de prestação de serviços em atendimento à missão institucional.
- Manter, em parceria com o Poder Público e/ou outras entidades, programas de enfrentamento à pobreza e provimento de condições para atender às contingências sociais.

- Manter/gerir obras sociais, centros de saúde e hospitalares, centros de formação, centros culturais, meios de comunicação social, editoração, projetos esportivos e outros, que se enquadrem em seus princípios fundantes, suas finalidades e sua missão.
- Produzir e editar materiais didático-pedagógicos e de comunicação, como livros, apostilas, revistas, jornais, audiovisuais, tecnologia de informação e mídias de rádio e televisão.
- Incentivar a produção de insumos de qualquer ordem, inclusive agroindustriais, nos Cursos Técnicos e Superiores e nos serviços prestados, revertendo o resultado para os fins institucionais.
- Desenvolver projetos que visem a ecologia integral e o humanismo solidário.
- Criar, manter, congregar, orientar, assessorar, dirigir, planejar, incorporar, cindir e promover ações conjuntas com obras e instituições, que atuem no âmbito da educação, do ensino, da pesquisa, da saúde e da assistência social, do meio ambiente, dos meios de comunicação social e das emissoras de rádio e televisão.
- Firmar contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordo de cooperação, contratos de gestão, acordos, termo de parceria, de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação brasileira.

2.3. Destaques da Direção Executiva, Modelo de Negócios e Rede de Ensino

O ano de 2024 foi um ano relevante para a UBEC nas questões estratégicas e gerenciais. A gestão está executando o Plano Estratégico para o período de 2023-2027. Com um foco especial na Missão e Visão, o plano já está em andamento, considerando também fatores do ambiente externo. Destaca-se a previsão e antecipação de ações para mitigar os impactos da volatilidade econômica e dos aspectos socioeconômicos que possam influenciar a captação e retenção de alunos. Além disso, a revisão do portfólio tem sido fundamental para enfrentar e superar os desafios conjunturais, buscando aderência da oferta de cursos aliada às demandas manifestas no mercado de trabalho

Proporcionar uma experiência positiva aos nossos alunos é uma das nossas prioridades estratégicas. Através da escuta ativa dos *feedbacks* constantes dos nossos alunos e melhoria contínua em nossos processos, buscamos aprimorar de forma consistente a jornada do aluno.

Em 2024, a UBEC investiu mais de R\$ 30,3 milhões (R\$ 21,5 milhões em 2023) em suas operações educacionais como parte de sua estratégia. Este investimento direto proporcionou melhorias significativas na infraestrutura, recursos e, especialmente, na segurança de toda a comunicada educativa. Cabe ser destacado que o investimento foi realizado com recursos próprios, sem lançar mão de empréstimos e/ou financiamentos.

- Aquisição de mais de mil computadores (desktops e notebooks) usados nas Unidades de Missão, e em laboratórios utilizados pelos alunos
- Atualização de mobiliário e ambientes educativos nas Unidades de Missão;

- Atualização do acervo bibliográfico, tanto físico como digital, para melhor atendimento aos cursos ofertados;
- Construção do pórtico de entrada da Unileste e do Colégio Católica Padre De Man, contribuindo para o reforço de identidade visual no Campus;
- Benfeitorias em nossas Unidades de Missão, incluindo a criação, modernização e ampliação de espaços em nossa infraestrutura. Realizadas também de reformas para garantir o atendimento às exigências regulatórias, visando licenciamentos da infraestrutura e certificações de atestados de reconhecimento da IES.
- Retrofit da recepção, pátio interno e salas de aulas, e adequações de acessibilidade no Colégio Católica de Brasília.
- Modernização da infraestrutura de TI no campus de Taguatinga da Universidade Católica de Brasília, com ampliação de cobertura da rede Wi-Fi, em alto desempenho e com autenticação de segurança.

Enquanto Modelo de Negócios e Rede de Ensino, nos últimos anos, a UBEC vem desenvolvendo suas atividades em 2 (dois) segmentos: Educação Básica e Educação Superior, conforme as Unidades de Missão detalhadas abaixo:

| Educação Básica | Ensino Superior |
|-----------------------------------|--|
| Colégio Católica de Brasília | Universidade Católica de Brasília |
| Colégio Católica de Timóteo | Centro Universitário do Leste de Minas |
| Colégio Católica Padre De Man | Centro Universitário Católica de Tocantins |
| Colégio Católica Machado de Assis | Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife |
| Colégio Católica Curitiba | |

Educação Básica

Compreende ações voltadas para o ensino nos níveis infantil, fundamental e médio.

- Em Brasília, o grupo conta com o Colégio Católica de Brasília, reconhecido pela comunidade como um colégio que tem reputação e tradição na região.
- Em Minas Gerais, a UBEC mantém o Colégio Católica de Minas Gerais e o Colégio Católica Padre De Man (CPM), reconhecido na região por sua atuação de destaque em excelência educacional, sendo destaque nacional no desempenho de avaliações como ENEM.
- Temos duas unidades uma Localizada em Joinville o Colégio Católica Machado de Assis e outra localizada em Curitiba o Colégio Católica Curitiba. Estas unidades percorrem um período de desenvolvimento da identidade “Colégio Católica” nas respectivas praças, conquistando gradativamente a credibilidade e reputação consolidada pela UBEC nas últimas décadas.

Educação Superior

- A Educação Superior compreende ações voltadas para o Ensino Superior e Pós-graduação *lato e stricto sensu*, oferecidas tanto na modalidade presencial como à distância.
- Em Brasília, a Universidade Católica de Brasília (UCB), é a única Universidade particular localizada no Distrito Federal. Possui a reputação e marca consolidadas na formação de nível superior da Capital do País.

- Em Minas Gerais, há o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Incorporada ao Grupo UBEC em 2005, é o único Centro Universitário do Vale do Aço em Minas Gerais.
- Em Palmas, há a o Centro Universitário Católica do Tocantins (Unicatólica), segunda maior instituição da cidade, com um Campus urbano e outro Campus rural, com área superior a 50 hectares, onde a Fazenda Escola é referência na formação dos cursos de Agronomia (único ofertado em turno noturno), Zootecnia e Medicina Veterinária (com clínica veterinária própria, onde atuam campos de atividade prática do curso e atendimento à população rural local).
- Em Recife, há a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FICR), situada na Avenida Caxangá, com localização privilegiada e de fácil acesso aos alunos por meio de transporte público (um desafio à população de Recife).

2.4. Responsabilidade Social

A UBEC é imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C”; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7º; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

A UBEC é uma entidade beneficente de educação, possui CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social e cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

Dentro de seus objetivos estatutários, a Entidade aplica seus recursos na concessão de bolsas de estudos a alunos com perfil socioeconômico estabelecido Lei Complementar nº 187/2021.

3. Relacionamento com Auditores Independentes

A UBEC não possui outros contratos com seus Auditores Independentes que não os relacionados com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Tal prática está fundamentada nos Princípios Internacionalmente aceitos de que os auditores externos não devem auditar os seus próprios serviços, exercer funções gerenciais nem promover o interesse da Entidade.

4. Declaração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, aprovando no seu âmbito e recomendando à Assembleia Geral à sua aprovação.

5. Parecer do Conselho Fiscal

Foram submetidas à apreciação do Conselho Fiscal da UBEC as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, para fins de emissão de parecer pelos seus membros, cuja aprovação fora formalizada na Assembleia Geral.

6. Expectativas

Diante do contexto alcançado pela UBEC em 2024, o ano de 2025 traz expectativas positivas de continuidade de crescimento orgânico em sua base de alunos, reconquistando importante participação de *market share* nas praças onde atua. Este desempenho pode ser atribuído a um conjunto de fatores combinados de excelência operacional, melhoria na automação de processos, atualização tecnológica e, sem que se possa negar, fruto da reputação e respeitabilidade que a marca Católica dispõe junto à sociedade brasileira. Fruto de longos anos de trabalho empenhado e engajado de sua missão: de levar educação de qualidade àqueles que mais necessitam.

Segundo planejamento orçamentário para 2025, aprovado pela Assembleia Geral em 13 de dezembro de 2024, a UBEC tem a expectativa de um o EBITDA projetado para 2025 no valor de R\$ 50,8MM.

A partir deste ano foi implementada modelagem de investimentos por projetos, onde a aprovação de cada projeto passa pelo crivo de validação quanto à sua contribuição para os objetivos do Planejamento Estratégico 2023-2027.

Para 2025 há uma atenção especial da UBEC na educação básica, com fortalecimento do trabalho em rede e esforços de unificação das matrizes e do material didático aplicado.

Em cumprimento à sua Missão Evangelizadora na educação, e seguindo as deliberações da Assembleia Geral, a UBEC avança em 2025 nas tratativas para abertura de uma unidade de missão de educação básica na região norte do país, com foco social, levando educação de qualidade às populações de regiões mais carentes.

7. Agradecimentos

A UBEC sente-se honrada em agradecer ao Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, ao Conselho de Administração e aos colaboradores o esforço, a dedicação e o comprometimento que serviram de suporte para os resultados alcançados em 2024. Os colaboradores, mais uma vez, acreditaram na Entidade e, em um esforço conjunto, superaram os desafios. Agradecemos aos estudantes, para quem trabalhamos no intuito de continuarmos merecedores da escolha, fidelidade e confiança. Agradecemos também aos fornecedores, às instituições financeiras, às autoridades e à comunidade o apoio recebido.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Administradores da
União Brasileira de Educação Católica - UBEC**
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da União Brasileira de Educação Católica - UBEC (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Brasileira de Educação Católica - UBEC em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 17 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.234 | 1.108 |
| Aplicações financeiras | 4 | 69.529 | 21.570 |
| Recursos financeiros vinculados a convênios | 17 | 5.105 | 7.619 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 42.467 | 38.282 |
| Estoques | | 6.952 | 2.849 |
| Adiantamento a funcionários | 6 | 6.217 | 9.266 |
| Adiantamento a fornecedores | 7 | 4.041 | 2.196 |
| Despesas antecipadas | | 1.522 | 1.168 |
| Outros créditos | 8 | 5.338 | 3.930 |
| Total do Circulante | | 142.405 | 87.988 |
| Não Circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Aplicações financeiras | 4 | 133 | 14.151 |
| Despesas antecipadas | | 427 | 172 |
| Mensalidades a receber a longo prazo | 5 | 13.178 | 22.370 |
| Depósitos/bloqueios judiciais | 19 (c) | 3.662 | 4.098 |
| Fundo Garantidor Fies | 3.18 | 9.494 | 8.309 |
| | | 26.894 | 49.100 |
| Investimentos - Propriedades para investimento | 9 | 52.457 | 61.944 |
| Imobilizado | 10 | 600.084 | 593.608 |
| Intangível | 11 | 9.895 | 19.752 |
| | | 662.436 | 675.304 |
| Total do Não Circulante | | 689.330 | 724.404 |
| Total do Ativo | | 831.735 | 812.392 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|--------|----------------|----------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 12 | 12.498 | 8.637 |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | - | 3.368 |
| Arrendamentos a pagar | 14 | 11.196 | 4.105 |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 15 | 28.051 | 28.621 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 16 | 6.153 | 5.389 |
| Obrigações por convênios | 17 | 9.572 | 12.937 |
| Adiantamento de clientes | 18 | 15.631 | 11.610 |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 19 (a) | 10.261 | 11.236 |
| Total do Circulante | | 93.362 | 85.903 |
| Não Circulante | | | |
| Arrendamentos a pagar | 14 | 14.255 | 21.549 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 12 | 7.905 | 2.604 |
| Total do Não Circulante | | 22.160 | 24.153 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Patrimônio Social | 20 | 421.316 | 30.873 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 281.020 | 282.663 |
| Superávit acumulados | | 13.877 | 388.800 |
| Total do Patrimônio Líquido | | 716.213 | 702.336 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | | 831.735 | 812.392 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração de resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|--|--------|-------------------------|-----------------------|
| Receita líquida de serviços | 21 (a) | 389.169 | 353.368 |
| Custo dos serviços prestados | 21 (b) | <u>(227.571)</u> | <u>(169.695)</u> |
| Resultado operacional bruto | | <u>161.598</u> | <u>183.673</u> |
| (Despesas) receitas Operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 21 (c) | (122.063) | (130.134) |
| Despesas comerciais | 21 (d) | (15.255) | (13.893) |
| Provisão para perdas esperadas de créditos | 5 | (23.229) | (27.760) |
| Outras receitas operacionais | 21 (e) | 9.888 | 371.952 |
| Outras despesas operacionais | 21 (e) | <u>(6.947)</u> | <u>(2.034)</u> |
| | | <u>(157.606)</u> | <u>198.131</u> |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | <u>3.992</u> | <u>381.804</u> |
| Resultado financeiro | 21 (f) | | |
| Receitas financeiras | | 17.993 | 12.839 |
| Despesas financeiras | | <u>(8.108)</u> | <u>(7.490)</u> |
| | | 9.885 | 5.349 |
| Superávit do exercício | | <u>13.877</u> | <u>387.153</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|----------------|
| Superávit do exercício | 13.877 | 387.153 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>13.877</u> | <u>387.153</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração da mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | Patrimônio Social | Ajustes de avaliação patrimonial | Superávit (déficit) acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|---|-------------------|----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | - | 284.310 | 30.873 | 315.183 |
| Absorção do superávit acumulado | 30.873 | - | (30.873) | - |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial | - | (1.647) | 1.647 | - |
| Superávit do exercício | - | - | 387.153 | 387.153 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 30.873 | 282.663 | 388.800 | 702.336 |
| Absorção do superávit acumulado | 390.443 | - | (390.443) | - |
| Realização de ajuste de avaliação patrimonial | - | (1.643) | 1.643 | - |
| Superávit do exercício | - | - | 13.877 | 13.877 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 421.316 | 281.020 | 13.877 | 716.213 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração dos fluxos de caixas – método indireto

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Superávit do exercício | | 13.877 | 387.153 |
| Ajustes por | | | |
| Depreciação/amortização | 9,10 e 11 | 20.043 | 18.606 |
| (Reversão)/Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais | 19 | 5.251 | (362.439) |
| Ganho/Perda na venda de ativo imobilizado e propriedade para investimento | 10 | (2.955) | 391 |
| (Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida | 5 | 23.229 | 27.760 |
| Juros e correção monetária incorridos | 13 e 19 | 138 | 786 |
| Impairment ativos não financeiros (Manutenças) | 11 | 14.035 | 1.265 |
| Juros sobre arrendamento | 14 | 3.616 | 3.476 |
| | | 77.234 | 76.998 |
| Variação das contas patrimoniais | | | |
| Aumento/(redução) nos recursos financeiros vinculados a projetos e convênios | | 2.514 | (3.060) |
| Aumento/(redução) nas contas a receber de clientes | | (18.222) | (25.791) |
| Aumento/(redução) nos estoques | | (4.103) | (249) |
| Aumento/(redução) em adiantamentos | | 1.204 | (565) |
| Aumento/(redução) em outros ativos | | (2.766) | (3.792) |
| Aumento/(redução) em imobilizado | | - | (1.246) |
| Aumento/(redução) em fornecedores | | 9.162 | (9.786) |
| Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas e sociais | | (570) | 1.578 |
| Aumento/(redução) em contingências cíveis, fiscais e trabalhista | 19 | (6.255) | (6.808) |
| Aumento/(redução) em adiantamento de clientes | | 4.021 | 3.348 |
| Aumento/(redução) em obrigações por convênios | | (3.366) | 3.534 |
| Aumento/(redução) em arrendamento | | - | 2.371 |
| Aumento/(redução) em outros passivos | | 764 | 61 |
| | | (17.617) | (40.405) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 56.617 | 36.593 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aplicações financeiras (aportes) | | (335.077) | (270.653) |
| Aplicações financeiras (resgates) | | 308.268 | 270.859 |
| Aplicações financeiras (juros) | | (7.132) | (5.535) |
| Aquisição de ativo imobilizado | 10 | (24.735) | (20.423) |
| Aquisição de propriedade para investimento | 9 | (17) | - |
| Vendas de ativo imobilizado e propriedade para investimento | 10 | 12.085 | 1.345 |
| Aquisição de ativo intangível | 11 | (5.587) | (340) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (52.195) | (24.747) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Pagamentos de empréstimos (principal) | 13 | (3.358) | (6.902) |
| Pagamentos de empréstimos (juros) | 13 | (119) | (1.228) |
| Pagamentos de arrendamentos (principal) | 14 | (3.819) | (3.405) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | (7.296) | (11.535) |
| Aumento do caixa e equivalentes de caixa | | 126 | 311 |
| Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa | | | |
| No início do exercício | 4 | 1.108 | 797 |
| No fim do exercício | 4 | 1.234 | 1.108 |
| | | 126 | 311 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) - (“UBEC” ou “Entidade”), fundada em 12 de agosto de 1972, é uma associação civil, confessional, de direito privado, sem fins econômicos e de caráter assistencial, educacional, filantrópico e sem fins lucrativos, sediada na QS 07, Lote 01, Bloco L, Águas Claras, Brasília – DF, CEP 71.966-900.

Com atividade preponderante em educação, a UBEC, para o cumprimento de suas finalidades, objetiva manter instituições de educação superior e de educação básica, promover ações assistenciais, realizar pesquisas, desenvolver projetos que visem à ecologia integral e o humanismo solidário, produzir e editar materiais didático-pedagógicos e de comunicação.

A UBEC é uma Mantenedora de Instituições de Ensino com sede em Brasília/DF, possuindo dez unidades no Brasil, sendo: um escritório administrativo sediado no Distrito Federal, quatro instituições de ensino superior - Universidade Católica de Brasília (UCB), Centro Universitário Católica de Tocantins (UNICATÓLICA), Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE) e Faculdade Imaculada Conceição do Recife (FICR), além de cinco colégios de ensino básico – Colégio Católica de Brasília (CCB), Colégio Católica de Timóteo (CCT), o Colégio Católica Padre De Man (CCPM), o Colégio Católica Machado de Assis (CCMA) e o Colégio Católica de Curitiba (CCC).

Como Entidade de Educação sem Fins Lucrativos, aplica recursos em Gratuidade nas Atividades Educacionais (Bolsas de Estudos) direcionados a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, nos estados em que estão localizadas suas unidades de educação básica e superior. As bolsas sociais são também concedidas em estados, onde estão localizados polos de Educação a Distância (EaD).

1.2 Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade

A UBEC é uma entidade beneficente de educação, sem fins econômicos, imune à incidência de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C”; e às contribuições sociais, por força do artigo 195, § 7º; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Para usufruir do gozo da imunidade, cumpre os requisitos previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional e no art. 3º da Lei Complementar 187/2021.

Em 22 de abril de 2020, a Entidade foi certificada pelo Ministério da Educação (MEC) na qualidade jurídica de Entidade Beneficente de Assistência Social mediante Portaria n.º 123, de 22 de abril de 2020, com vigência referente ao período de 01/01/2016 a 31/12/2018.

Em 5 de dezembro de 2018, a Entidade protocolou tempestivamente seu pedido de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS no MEC, por meio do Processo de n.º 23000.039477/2018-18, com abrangência do período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. Em 29 de novembro de 2021, também foi protocolado tempestivamente o pedido de renovação do referido Certificado, por meio do processo de n.º 23000.031409/2021-14, com abrangência do período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024, foi

protocolado também em 19/12/2024, o processo tempestivo de renovação para o período de 01/01/2025 a 31/12/2027 através do nº 23000.000550/2025-91. Destacamos que todos os processos se encontram em análise técnica e que o protocolo de renovação serve como prova da regularidade da certificação até a data da decisão administrativa definitiva, nos termos do § 1º e § 2º do art. 37 da Lei Complementar n.º 187/2021.

A UBEC possui atuação preponderante na área de Educação, exercendo também ações na área da saúde, por meio do Centro Especializado de Reabilitação (CER), regido pela relação contratual entre a Prefeitura de Ipatinga e o UNILESTE.

Educação básica

A UBEC, por meio de suas cinco Unidades de Missão de Educação Básica: Colégio Católica de Brasília (CCB) – localizada em Águas Claras/DF, o Colégio Católica Padre De Man (CCPM), o Colégio Católica de Timóteo (CCT), situados, respectivamente, em Coronel Fabriciano/MG e Timóteo/MG, o Colégio Católica Machado de Assis (CCMA) – localizado na cidade de Joinville/SC e o Colégio Católica de Curitiba (CCC) – localizado na cidade de Curitiba/PR, oportuniza o acesso e a permanência de alunos hipossuficientes ao ensino de qualidade com a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade do ensino regular, em observância à Lei Complementar nº 187/2021.

Ensino superior

A UBEC concede, em suas Unidades de Missão do Ensino Superior – Universidade Católica de Brasília (UCB), sediada em Águas Claras/DF; Centro Universitário Católica do Leste de Minas (UNILESTE), localizada em Coronel Fabriciano/MG; Centro Universitário Católica de Tocantins (UNICATÓLICA), com sede em Palmas/TO e Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FICR), sediada em Recife/PE – e nos polos de Educação a Distância (EaD), bolsas de estudo para os cursos de graduação, viabilizando assim o acesso e a permanência de alunos em risco e vulnerabilidade social. São concedidas bolsas integrais e parciais 50% (cinquenta por cento), guardando as determinações na legislação do Programa Universidade para Todos (ProUni), regido pela Lei n.º 11.096/2005 e regulado pelo Decreto nº 5.493/2005, bem como as determinações da Lei Complementar n.º 187/2021, regulada pelo Decreto nº 11.791/2023.

Saúde/Projeto CER-Centro Especializado de Reabilitação

Por meio da promoção de avaliação, de prescrição, de adequação, de treinamento, de acompanhamento e de dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção no Centro Especializado em Reabilitação Física e Visual (CER II), com atendimentos exclusivos a pacientes direcionados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Demonstrativo de serviços – prestados – saúde

Unidade: Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
Cnpj: 00.331.801/0014-54

Cnes: 3855910
Ano: 2024

| Tipo de Atendimentos | Número de atendimentos no ano | | |
|----------------------|-------------------------------|---------|--------|
| | SUS | NÃO SUS | Total |
| Ambulatorial | 26.072 | - | 26.072 |

Cálculo da filantropia

Para fins de renovação do CEBAS, a UBEC, que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação presencial e à distância:

- (a) Possui autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Educação;
- (b) Demonstrou sua adequação às diretrizes e às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 24 da Constituição Federal;
- (c) Informou os dados referentes a instituição ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- (d) Atendeu a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação;
- (e) Concedeu, na forma de benefício próprio, bolsas de estudo integral, respeitando o perfil socioeconômico, nos termos do art. 19 da Lei Complementar n.º 187/2021;
- (f) Desconsidera, conforme o § 2º, art. 24 da Lei Complementar n.º 187/2021, alunos pagantes os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias ou aqueles cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento;
- (g) Considera, nos termos do art. 24 da Lei Complementar n.º 187/2021, alunos pagantes, para fins de aplicação das proporções previstas nos arts. 20, 21, 22 e 23 da referida Lei Complementar, o total de alunos matriculados, excluídos os beneficiados com bolsas de estudo integrais (inciso I do § 1º do art. 20) e com outras bolsas integrais concedidas pela entidade.
- (h) Prestou contas na área da saúde das ações executadas contratualmente pelos Centro Especializados de Reabilitação/ CER-II do UNILESTE.
- (i) Bolsas concedidas no SisProUni, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 187/2021.
- (j) Bolsas integrais concedidas a Estudantes com deficiência de acordo com o inciso I do parágrafo 3º do art. 20 da Lei Complementar n.º 187/2021.

| Educação básica | 2024 | | | 2023 | |
|--|------|------------|---------|------------|---------|
| | Nota | Quantidade | Valores | Quantidade | Valores |
| Número de alunos matriculados | | 6.156 | 97.894 | 6.125 | 86.359 |
| Bolsas integrais da LC 187/2021 | (d) | 1.004 | 15.428 | 841 | 9.916 |
| Bolsas integrais para alunos com deficiência | (j) | - | - | 44 | 491 |
| Bolsas integrais e em tempo integral | | - | - | - | - |
| Outros tipos de bolsas integrais (especificar) | (f) | 166 | 256 | 176 | 246 |
| Alunos inadimplentes | (e) | 516 | - | 218 | - |
| Bolsas parciais 50% da LC 187/2021 | | 208 | 1.396 | 162 | 1.075 |
| Outros tipos de bolsas parciais (especificar) | | - | - | - | - |
| Benefícios complementares (especificar o tipo) | | - | - | - | - |

| Educação superior | Nota | 2024 | | 2023 | |
|--|------|------------|---------|------------|---------|
| | | Quantidade | Valores | Quantidade | Valores |
| Número de alunos matriculados | | 26.476 | 475.442 | 22.002 | 381.394 |
| Bolsas integrais Prouni | | 3.346 | 59.202 | 2.818 | 42.288 |
| Bolsas integrais (recursos próprios) | (i) | 1.395 | 7.804 | 464 | 2.586 |
| Bolsas integrais (pós-graduação stricto sensu) | | - | - | - | - |
| Outros tipos de bolsas integrais | | 123 | 143 | 441 | 356 |
| Alunos inadimplentes | (f) | 2.249 | - | 2.079 | - |
| Bolsas parciais 50% Prouni | (e) | 39 | 359 | 48 | 424 |
| Bolsas parciais 50% (recursos próprios) | (i) | 27 | 94 | 13 | 5 |
| Bolsas parciais 50% (stricto sensu) | | - | - | - | - |
| Outros tipos de bolsas parciais (especificar) | | - | - | - | - |
| Benefícios complementares (especificar o tipo) | | - | - | - | - |

1.3 Despesas com Pessoal Docente e Técnico Administrativo

Em atendimento ao disposto na alínea c, inciso III, do art. 12, da Instrução Normativa nº 113/98, da Secretaria da Receita Federal, que determina a aplicação de, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da Receita Líquida para as despesas com pessoal docente e técnico administrativo, inclusive os encargos e benefícios sociais, a entidade destinou, em 2024, 61,24% da receita obtida com prestação de serviços com as referidas despesas, conforme demonstrado a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|--|----------------|----------------|
| Receita bruta de serviços | 600.153 | 510.143 |
| (-) Descontos nas anuidades e nas bolsas de estudo | (210.984) | (156.775) |
| (=) Base de cálculo | 389.169 | 353.368 |
| Despesas com pessoal docente | 138.259 | 121.214 |
| Despesas com pessoal técnico administrativo | 100.052 | 92.741 |
| Total das despesas com pessoal | 238.311 | 213.955 |
| Percentual aplicado | 61,24% | 60,55% |

1.4 Benefícios fiscais usufruídos

Em conformidade ao art. 3º da Lei nº 187/2021, para usufruir da isenção do pagamento das contribuições da Cota Patronal para INSS, COFINS, PIS sobre folha de pagamento e Contribuição Social sobre o Superávit, a Entidade declara ter cumprido:

- (i) não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- (ii) apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- (iii) apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- (iv) mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
- (v) não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
- (vi) conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- (vii) apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e
- (viii) prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

Segue abaixo, a isenção fiscal usufruída nos exercícios de 2024 e 2023:

| | Benefícios fiscais usufruídos | |
|--|--------------------------------------|----------------------|
| | (R\$ mil) | |
| | 2024 | 2023 |
| INSS - Isenção quota patronal sobre folha de pagamento | 47.975 | 43.163 |
| INSS Patronal sobre serviços prestados – pessoa física | 149 | 103 |
| PIS sobre folha de pagamento | 1.900 | 1.709 |
| COFINS | <u>17.690</u> | <u>15.069</u> |
| | <u>67.714</u> | <u>60.044</u> |

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as disposições previstas na legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como com as normas contábeis complementares para entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), todos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Administração da Entidade em 17 de abril de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, moeda funcional da Entidade. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Nota Explicativa nº 05);
- A taxa de desconto e o prazo dos arrendamentos a pagar (Nota Explicativa nº 14);
- Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 11);
- Incertezas relativas às premissas de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 19).

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

2.4 Mensuração do valor justo

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o método do custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico é geralmente determinado pelo valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

3 Políticas contábeis materiais

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Classificação circulante e não circulante

A Entidade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Entidade classifica todos os demais passivos no não circulante.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e numerários mantidos com instituições financeiras, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria:

(i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita da Entidade consiste, principalmente, na prestação de serviços de cursos de ensino básico, superior presencial (graduação, pós-graduação *lato sensu* mestrado e doutorado) e ensino superior à Distância – EAD é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico.

Na educação superior são cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e da renovação contratual através do pagamento da primeira mensalidade, no final do semestre letivo. Na educação básica, o vínculo dos alunos acontece sempre em período anual e a rematrícula ocorre no final do período letivo dependendo das obrigações contratuais e acadêmicas.

As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

Além da receita com prestação de serviços, a Entidade possui a receita com a venda de livros, para os cursos de ensino básico. Reconhecemos a receita com a venda de materiais didáticos quando os produtos são entregues aos clientes e o controle é transferido para eles.

As demais receitas provenientes de outras operações como doações, contribuições, convênios, parcerias, auxílios e subvenções, obtidas por meio de convênios, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, com destinação específica, sejam ou não vinculadas à constituição de fundos, e as despesas correspondentes são registradas em contas próprias, incluindo as patrimoniais, respeitando o princípio da competência, conforme as diretrizes contidas na Norma ITG 2002. Da mesma forma, os benefícios oferecidos pela Entidade, são reconhecidas de maneira segregada, sendo registrados em contas separadas, tanto no ativo quanto no passivo, para garantir que sejam usados apenas para o propósito pretendido, especialmente aqueles que exigem prestação de contas junto aos órgãos governamentais. Quando esses recursos são gastos, o reconhecimento é realizado nas contas do passivo correspondentes do convênio e nos saldos da conta bancária do ativo em que o recurso foi disponibilizado.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Entidade realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

O reconhecimento da receita com venda de livros ocorre quando o produto é transferido para o comprador e o controle efetivo sobre o produto é passado para ele. Ocorre na entrega física do produto, quando os riscos e os benefícios associados ao produto são transferidos ao comprador. A receita é reconhecida pelo valor líquido das vendas, ou seja, o valor total da venda menos quaisquer descontos concedidos, devoluções esperadas e outras deduções que possam ser aplicadas.

3.4 Apuração do resultado do exercício (superávit/déficit)

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência e obedecendo o princípio da oportunidade. Os gastos classificados como custos dos serviços prestados referem-

se àqueles incorridos diretamente na prestação de serviços de ensino, principalmente gastos com pessoal, depreciação e amortização, incorridos nas unidades de ensino (vide Nota Explicativa nº 22).

3.5 Instrumentos financeiros

Reconhecimento

Os instrumentos financeiros da Entidade são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável).

Mensuração Inicial

A Entidade mensura um ativo financeiro como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. No caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. As despesas com juros, os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado, assim como qualquer ganho ou perda na baixa do passivo.

Mensuração Subsequente

A sua mensuração subsequente é efetuada a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada classificação de ativos e passivos financeiros.

As aplicações financeiras são inicialmente registradas ao custo de aquisição e, posteriormente, incrementam o resultado pela taxa efetiva de juros (custo amortizado) na data do balanço, mas não excedendo seu valor de mercado ou de realização. Incluem aplicações financeiras com vencimento e carência superiores a 90 dias ou inferiores a 90 dias da data de aplicação e que não podem ser resgatadas antecipadamente sem risco de alteração significativa de valor.

Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente mensurados pelo valor justo mensalmente até a data de encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do exercício como resultado financeiro.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentados no balanço patrimonial quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pelo processo de inventário.

3.7 Contas a receber

Os valores registrados em créditos a receber são em sua grande maioria decorrentes de mensalidades provenientes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços, deduzidos da provisão para perdas esperadas de crédito (vide Nota Explicativa nº 5). Os valores recebidos, referentes a serviços ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como adiantamento de mensalidades (passivo exigível de curto prazo), e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

O estudo da carteira de clientes baseia-se nos últimos quatro anos, em que se demonstra a premissa que, após cinco anos do título vencido, apresenta baixo índice de recebimento, sendo este título baixado do contas a receber. Este estudo apresenta também índices diferentes para mensalidades e suas renegociações.

Nesse contexto, o percentual da perda esperada de crédito é composto pelo somatório de:

- (i) Um percentual de 2,90% e 3,30% para mensalidades do nível superior e básico, respectivamente;
- (ii) 29,51% e 40,95%, para os títulos renegociados do nível superior e básico, respectivamente.

A Entidade também possui créditos educacionais oriundos do Sistema FIES representados pelos repasses de mensalidades dos alunos que contrataram o financiamento estudantil com a Caixa Econômica Federal - CEF. Estes recursos financeiros são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Caixa Econômica Federal – CEF.

3.8 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada e apresentada pelo seu valor de custo de aquisição menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas que variam de 20% a.a. (5 anos) a 2,08% a.a. (48 anos), de acordo a avaliação patrimonial realizada para os respectivos imóveis.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Anualmente, a Entidade mensura o valor justo das propriedades para investimentos para fins de divulgação nas demonstrações financeiras.

3.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de

forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

3.10 Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Entidade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativo de direito de uso

A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente. A Entidade possui quatro contratos de aluguel/arrendamento de imóveis com vigência de 15 e 10 anos, sendo que a depreciação é calculada com base nesses períodos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Entidade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Entidade e

pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Entidade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Entidade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.11 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo.

3.12 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo, conforme nota explicativa 11. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é baixado quando ocorre sua venda (ou seja, na data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) ou quando não se espera a geração de benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Softwares

Os gastos com a aquisição de Software são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas de acordo com o prazo de geração de benefícios econômicos futuros. (Nota Explicativa nº 11).

3.13 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e a amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). No exercício de 2024 houve indicativo de *impairment* reduzindo o valor recuperável dos ativos não financeiros referente a unidade adquirida em 2021 (Colégio Católica Machado de Assis), sendo registrado assim a constituição de provisão para perda (vide Nota Explicativa nº 11).

3.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis que estão apresentados de forma retificada dos respectivos saldos de empréstimos e financiamentos e são alocados como despesas financeiras (diferidos) pelos prazos de vigência dos contratos de origem. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos (vide Nota Explicativa nº 13).

3.15 Provisões

(i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação

possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

A Entidade não possui obrigações com os empregados de benefícios pós-emprego.

3.17 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

3.18 Fundo garantidor FIES

No âmbito do novo FIES, é feita a retenção de parte do valor pago às instituições para aplicação no Fundo Garantidor do FIES, que será usado para cobrir eventuais perdas do programa de forma individualizada por instituição de ensino. Os valores aplicados no fundo não podem ser resgatados ou utilizados para outros fins sem liberação do FNDE (caixa restrito). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desse Fundo Garantidor do FIES era de R\$ 9.494 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 8.309).

3.19 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Entidade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

A. Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única

nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A entidade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Entidade, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Entidade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

3.20 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem: receita com juros, despesas com juros, descontos obtidos e concedidos etc. Estes são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras temporárias

a. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------------|---------------------|
| Caixas contas bancárias | 1.234 | 1.108 |
| Total Caixa e equivalente de caixa | <u>1.234</u> | <u>1.108</u> |

b. Aplicações financeiras

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|----------------------|----------------------|
| Cotas de Fundo de Investimentos de Renda Fixa – Livres (a) | 69.278 | 35.659 |
| Outras aplicações | 384 | 62 |
| Total Aplicações financeiras | <u>69.662</u> | <u>35.721</u> |
| Circulante | 69.529 | 21.570 |
| Não circulante | 133 | 14.151 |

A Entidade não possui aplicação financeira como garantia de empréstimo de capital de giro (R\$14.151 em 2023), contratualmente encerrado no ano de 2024.

- (a) As aplicações desses recursos estão no Banco Santander e Itaú, nas seguintes condições:
- Tipo de Investimento: Fundos de Investimento DI;
 - Taxa: rentabilidade de 100% do CDI, com resgate automático;
 - Liquidez: diária.

5 Contas a receber de clientes

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|------------------|------------------|
| Mensalidades a receber (a) | 114.069 | 104.712 |
| Financiamentos privados/parcelamentos a receber (b) | 26.406 | 34.489 |
| Cheques em cobrança (c) | 2.609 | 2.609 |
| Fies a receber (d) | 22.500 | 21.130 |
| Cartões de operadores de crédito | 10.134 | 10.030 |
| Outros valores a receber | 7.528 | 4.659 |
| | 183.246 | 177.629 |
| (-) Provisão p/ perdas esperadas de crédito mensalidade (i) | (96.471) | (98.481) |
| (-) Provisão p/ perdas esperadas de crédito sobre financ. estudantis (ii) | (14.082) | (8.927) |
| (-) Provisão p/ perdas esperadas de crédito financiamentos estudantis (iii) | (13.016) | (5.742) |
| (-) Provisão p/ perdas esperadas de crédito das outras contas a receber (iv) | (4.032) | (3.827) |
| Total | (127.601) | (116.977) |
| | 55.645 | 60.652 |
| Circulante | 42.467 | 38.282 |
| Não Circulante | 13.178 | 22.370 |

- (a) Provenientes preponderantemente dos cursos de nível superior e ensino básico oferecidos nas unidades de ensino, representado pelo valor faturado conforme os períodos de competência e seus respectivos acordos de renegociação.
- (b) O saldo dessa linha é composto por modalidades de financiamentos de cursos superiores como PEU, Pravalter e Fundacred.
- (c) O saldo da rubrica “cheques” em cobrança é decorrente de negociações de mensalidades a receber em atraso.
- (d) Representa o crédito decorrente de Financiamento Estudantil com a Caixa Econômica Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Do saldo em aberto, R\$4.468 são referentes às concessões efetuadas no ano de 2024.

A composição por idade dos valores de contas a receber é apresentada a seguir:

| | 31/12/2024 | % | 31/12/2023 | % |
|-----------------------------|----------------|----|----------------|----|
| FIES | 22.500 | 12 | 21.130 | 12 |
| A vencer | 45.381 | 25 | 52.294 | 29 |
| Vencido até 30 dias | 5.783 | 4 | 6.544 | 4 |
| Vencido de 31 a 60 dias | 4.136 | 2 | 4.039 | 2 |
| Vencido de 61 a 90 dias | 3.877 | 2 | 4.064 | 2 |
| Vencido de 91 a 180 dias | 7.991 | 4 | 7.835 | 4 |
| Vencido de 181 a 360 dias | 17.060 | 10 | 11.625 | 7 |
| Vencido há mais de 360 dias | 76.518 | 41 | 70.098 | 40 |
| | 183.246 | | 177.629 | |

(i) Provisão para perdas esperadas de crédito de mensalidade

A Entidade calcula a provisão para perdas esperadas de crédito (PECLD) sobre seus recebíveis, com base no modelo de perda esperada dos ativos financeiros. Esse modelo leva em consideração o provisionamento dos recebíveis com evidência objetiva de perda, também dos recebíveis com perda esperada considerando o histórico de perdas e probabilidade futura de default. É constituído provisão de 100% do saldo em aberto dos anos anteriores e para os recebíveis do ano de 2024, respeitando o histórico de perdas calculado e adotado, foi aplicado 2,72% (2,98% em 2023) sobre a carteira. Esse total representa 2,75% e 3,41% sobre as mensalidades ainda não negociadas de nível superior e básico respectivamente. Além desse percentual, a Entidade aplicou 17,78% e 29,95% sobre os títulos negociados em aberto de nível superior e básico, com base nas informações de perda dos últimos 5 anos.

Movimentação

| | 2024 | 2023 |
|--------------------|------------------------|------------------------|
| Saldo Inicial | (98.481) | (73.844) |
| Constituições | (15.781) | (28.509) |
| Baixa (a) | 12.565 | (76) |
| Reversões | 5.226 | 3.948 |
| Saldo final | <u>(96.471)</u> | <u>(98.481)</u> |

(a) A Entidade elaborou um estudo, com base no mesmo foram efetuadas baixas por perda efetiva em títulos vencidos de longa data. O montante de R\$9.233 trata-se de títulos baixados que permanecerão com emprego de esforços de cobrança e os respectivos recebimentos e renegociações são reconhecidos diretamente ao resultado quando da sua realização. Quanto ao montante de R\$3.332 compete a títulos que a entidade entende como títulos incobráveis.

(ii) **Provisão para perdas esperadas de créditos estudantis**

É constituída provisão para perdas esperadas de créditos estudantis quando há inadimplência pelo órgão repassador e quando não há perspectivas razoáveis de recebimento pela unidade de ensino baseado em perdas incorridas e esperadas.

Movimentação

| | 2024 | 2023 |
|------------------------|------------------------|-----------------------|
| Saldo Inicial | (8.927) | (8.591) |
| Constituições FIES (a) | (5.284) | (2.427) |
| Reversões FIES (b) | 129 | 2.091 |
| Saldo final | <u>(14.082)</u> | <u>(8.927)</u> |

(b) Temos constituição de PECLD provisionado o saldo total até o ano de 2021 e os demais anos foram provisionados aplicando o percentual de 2% sobre o saldo em aberto de 2022 a 31/12/2024. Esse valor refere-se a título de garantia mínima destinada a cobrir o fundo de financiamento, conforme Portaria do MEC nº 21/2010.

(c) As reversões do FIES ocorridas em 2024 são referentes à diferença entre a estimativa e o efetivamente realizado conforme o critério adotado no ano anterior.

(d) Financiamentos/parcelamentos estudantis, representados por créditos do PEU, Pravalor e Fundacred (Fundação de Crédito Educativo), cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Entidade. Tais recursos financeiros são repassados à Entidade a partir do mês subsequente à formatura dos respectivos alunos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseada no modelo de perda esperada. É constituído provisão de 100% do saldo em aberto dos alunos evadidos e trancados, que apresentam o maior risco para a entidade, e para os demais alunos a apuração é baseada no histórico de perda da carteira de cada modalidade.

Movimentação

| | 2024 | 2023 |
|--------------------|------------------------|-----------------------|
| Saldo Inicial | (5.742) | (3.906) |
| Constituições | (7.274) | (1.836) |
| Saldo final | <u>(13.016)</u> | <u>(5.742)</u> |

(iii) **Provisão para créditos de liquidação duvidosas das outras contas a receber**

Refere-se a constituição de provisão sobre as práticas esportivas oriundas das unidades de ensino básico, cheques em cobrança e faturas a receber.

| Movimentação | 2024 | 2023 |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| Saldo Inicial | (3.827) | (2.786) |
| Constituições | (386) | (1.089) |
| Baixa | 84 | - |
| Reversões | 97 | 48 |
| Saldo final | <u>(4.032)</u> | <u>(3.827)</u> |

6 Adiantamentos a funcionários

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------|---------------------|---------------------|
| Adiantamento de férias | 4.751 | 8.136 |
| Adiantamento de salários | 27 | 9 |
| Débito de colaboradores | 1.332 | 1.105 |
| Outros | 107 | 16 |
| Total | <u>6.217</u> | <u>9.266</u> |

7 Adiantamento a fornecedores

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------|---------------------|---------------------|
| Produtos | 1.647 | 447 |
| Serviços | 2.394 | 1.749 |
| Total | <u>4.041</u> | <u>2.196</u> |

8 Outros créditos

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|---------------------|---------------------|
| Contratos a receber (a) | 5.006 | 3.509 |
| Serviços educacionais | 12 | 5 |
| Aluguéis a receber | 708 | 850 |
| Tributos a recuperar | 59 | 58 |
| Provisão para perdas esperadas de crédito aluguéis (b) | (447) | (492) |
| | <u>5.338</u> | <u>3.930</u> |

(a) A conta Contratos a receber registra o movimento dos valores referente a contratos de prestação de serviços, exceto os serviços educacionais ou venda de bens. O valor mais relevante dessa conta em 2024 foi de R\$ 3.237 (comparado a R\$ 2.025 em 2023), referente ao Centro de Especialidade em Reabilitação (CER) na Unileste, em parceria com o SUS.

(b) Provisão para perdas esperadas de crédito duvidosa de aluguéis relativos a valores em aberto dos anos de 2009 a 2023.

9 Investimentos - propriedades para investimento

Movimentação - Exercício de 2024

| Descrição (Custo) | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | |
|--------------------------------|---------------|-----------|-----------------|----------------|---------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transferências | Custo |
| Propriedades para investimento | 66.392 | - | (10.346) | - | 56.046 |
| Obras de arte | 6 | 17 | - | - | 23 |
| Total | 66.398 | 17 | (10.346) | - | 56.069 |

| Descrição (Depreciação) | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | |
|-----------------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
| | Depreciação | Adições | Baixas | Transferências | Depreciação |
| Propriedades para Investimento(a) | (4.454) | (386) | 1.251 | (23) | (3.612) |
| Total | (4.454) | (386) | 1.251 | (23) | (3.612) |
| Saldo Líquido | 61.944 | (369) | (9.095) | (23) | 52.457 |

Movimentação - Exercício de 2023

| Descrição (Custo) | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | | |
|--------------------------------|---------------|----------|------------|----------------|---------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transferências | Custo |
| Propriedades para investimento | 55.604 | - | - | 10.788 | 66.392 |
| Obras de arte | 6 | - | - | - | 6 |
| Total | 55.610 | - | - | 10.788 | 66.398 |

| Descrição (Depreciação) | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | | |
|-----------------------------------|----------------|--------------|------------|----------------|----------------|
| | Depreciação | Adições | Baixas | Transferências | Depreciação |
| Propriedades para Investimento(a) | (2.913) | (318) | - | (1.223) | (4.454) |
| Total | (2.913) | (318) | - | (1.223) | (4.454) |
| Saldo Líquido | 52.697 | (318) | - | 9.565 | 61.944 |

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens conforme laudo pericial elaborado por perito externo. A Administração julga o critério utilizado compatível com a vida útil dos bens. A taxa de depreciação aplicada nas propriedades para investimentos é 2,08% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade avaliou os indicativos de eventuais perdas no valor recuperável de suas propriedades para investimento, e concluiu que não existem elementos característicos para o teste de recuperação (*impairment*). O valor justo das propriedades de investimentos foi avaliado em R\$94.970 (R\$106.441 em 2023, o valor diminuiu devido a venda uma das propriedades para investimento em 2024).

(a) Composição e valores justos:

- (i) R\$5.656 são referentes a aquisição de 4 lotes com área total de 18.254 m², para fins de investimento, na cidade de Palmas - TO. O valor justo dos lotes foi avaliado em R\$9.220 (R\$8.800 em 2023).
- (ii) Aquisição de 40 salas comerciais no Empreendimento Connect Towers em Taguatinga - DF, registrados em 31 de dezembro de 2024 pelo valor total de R\$6.570. Os valores justos destes imóveis foram avaliados em R\$10.650 (R\$8.751 em 2023).
- (iii) R\$16.034 refere-se aos terrenos localizados no Rio Grande do Norte com área total de 68.590 m². O valor justo dos lotes foi avaliado em R\$23.600 (R\$22.100 em 2023).
- (iv) R\$30.368 ao imóvel localizado na Asa Norte - DF, para fins de investimento. O valor justo do imóvel foi avaliado em R\$51.500 (R\$54.800 em 2023).
- (v) Em outubro de 2023 foi inaugurado a nova sede da UBEC no Bloco L do campus I da Universidade Católica de Brasília, assim o imóvel que sediava anteriormente o escritório central no Park Way – DF foi transferido para Propriedade para Investimento ainda no ano de 2023 e vendido em 2024 pelo valor de R\$ 12.000.000,00, o registro contábil do imóvel era no valor de R\$ 9.096. O valor justo do imóvel foi avaliado em R\$11.990 no ano de 2023.

10 Imobilizado

Movimentação - Exercício de 2024

| | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | | |
|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|---------------------------------|
| Descrição (Custo) | Custo | Adições | Baixas | Transferências | Custo | Taxa média anual de depreciação |
| Direito de Uso - CPC 06 (R2) | 25.293 | - | - | - | 25.293 | 22 |
| Terrenos | 276.002 | - | - | - | 276.002 | - |
| Imóveis | 329.698 | 136 | - | 6.904 | 336.738 | (a) |
| Móveis e utensílios | 33.010 | 2.424 | (235) | - | 35.199 | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 55.855 | 3.370 | (765) | - | 58.460 | 10 |
| Equipamentos de Informática | 42.236 | 8.557 | (880) | - | 49.913 | 20 |
| Biblioteca | 23.066 | 335 | - | - | 23.401 | 20 |
| Veículos | 1.582 | 50 | (51) | - | 1.581 | 20 |
| Benfeitorias – imóveis arrendados | 3.878 | 344 | - | 1.119 | 5.341 | 10 |
| Imobilizado em andamento | 4.918 | 9.519 | - | (9.569) | 4.868 | |
| | <u>795.538</u> | <u>24.735</u> | <u>(1.931)</u> | <u>(1.546)</u> | <u>816.796</u> | |

| | 31/12/2023 | | 31/12/2024 | | | |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|----------------|------------------|---------------------------------|
| Depreciação | Depreciação Acumulada | Adições | Baixas | Transferências | Depreciação | Taxa média anual de depreciação |
| Direito de Uso - CPC 06 (R2) | (5.143) | (1.849) | - | - | (6.992) | 10 |
| Imóveis | (67.265) | (6.905) | - | 23 | (74.147) | (a) |
| Móveis e utensílios | (25.653) | (1.902) | 219 | - | (27.336) | 10 |
| Máquinas e equipamentos | (42.416) | (3.066) | 755 | - | (44.727) | 10 |
| Equipamentos de informática | (36.984) | (2.221) | 872 | - | (38.333) | 20 |
| Biblioteca | (22.580) | (214) | - | - | (22.794) | 20 |
| Veículos | (1.301) | (103) | 51 | - | (1.353) | 20 |
| Benfeitorias - Imóveis arrendados | (588) | (442) | - | - | (1.030) | 10 |
| | <u>(201.930)</u> | <u>(16.702)</u> | <u>1.897</u> | <u>23</u> | <u>(216.712)</u> | |
| Imobilizado Líquido | <u>593.608</u> | <u>8.033</u> | <u>(34)</u> | <u>(1.523)</u> | <u>600.084</u> | |

Movimentação - Exercício de 2023

| Descrição (Custo) | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | | | Taxa média anual de depreciação |
|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|---------------------------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transferências | Custo | |
| Direito de Uso - CPC 06 (R2) | 22.923 | 3.335 | (965) | - | 25.293 | 6,7 |
| Terrenos | 279.348 | 215 | (215) | (3.346) | 276.002 | - |
| Imóveis | 320.073 | 885 | (885) | 9.625 | 329.698 | (a) |
| Móveis e utensílios | 31.973 | 1.258 | (223) | 2 | 33.010 | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 54.230 | 1.728 | (110) | 7 | 55.855 | 10 |
| Equipamentos de Informática | 39.638 | 2.598 | - | - | 42.236 | 20 |
| Biblioteca | 22.893 | 173 | - | - | 23.066 | 20 |
| Veículos | 1.725 | - | (143) | - | 1.582 | 20 |
| Benfeitorias – imóveis arrendados | 2.264 | 1.569 | - | 45 | 3.878 | 10 |
| Imobilizado em andamento | 13.993 | 9.908 | (10) | (18.973) | 4.918 | |
| | 789.060 | 21.669 | (2.551) | (12.640) | 795.538 | |

| Depreciação | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | | | Taxa média anual de depreciação |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------|---------------------------------|
| | Depreciação Acumulada | Adições | Baixas | Transferências | Depreciação | |
| Direito de Uso - CPC 06 (R2) | (3.670) | (1.862) | 389 | - | (5.143) | 10 |
| Imóveis | (62.032) | (6.470) | 14 | 1.223 | (67.265) | (a) |
| Móveis e utensílios | (23.982) | (1.876) | 205 | - | (25.653) | 10 |
| Máquinas e equipamentos | (39.285) | (3.196) | 65 | - | (42.416) | 10 |
| Equipamentos de informática | (35.027) | (1.957) | - | - | (36.984) | 20 |
| Biblioteca | (22.277) | (303) | - | - | (22.580) | 20 |
| Veículos | (1.324) | (119) | 142 | - | (1.301) | 20 |
| Benfeitorias - Imóveis arrendados | (291) | (297) | - | - | (588) | 10 |
| | (187.888) | (16.080) | 815 | 1.223 | (201.930) | |
| Imobilizado Líquido | 601.172 | 5.589 | (1.736) | (11.417) | 593.608 | |

(a) Taxa média de depreciação dos imóveis em 2024 e 2023

| Filial | Taxa média anual de depreciação |
|--|---------------------------------|
| Centro Universitário Católica de Tocantins | 1,69% |
| Centro Educacional Católica de Brasília | 1,73% |
| Universidade Católica de Brasília | 1,89% |
| Centro Universitário do Leste de MG | 1,87% |
| Centro Educacional Católica de MG | 1,84% |
| Colégio Padre de Man | 1,77% |
| Escritório Administrativo em Brasília | 1,77% |
| Faculdade Católica de Recife | 1,66% |

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade avaliou a existência de perda no valor recuperável de seu ativo imobilizado por meio da análise do valor justo líquido das despesas de venda. Com base nos estudos realizados, não foram identificados indicativos adicionais de desvalorização, e nenhuma perda foi reconhecida.

Resultado na baixa de ativo imobilizado e propriedades para investimentos

No exercício de 2024, foram realizadas baixas por venda de bens imóveis, bens móveis, veículos e computadores, considerados obsoletos ou substituídos pelas Instituições Mantidas. A seguir, apresentam-se os dados:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|---------------------|-------------------|
| Valor dos bens | 12.277 | 1.575 |
| (-) Depreciação acumulada | <u>(3.149)</u> | <u>(427)</u> |
| Imobilizado líquido | 9.128 | 1.148 |
| Valor da venda | <u>12.083</u> | <u>1.539</u> |
| Resultado na venda do ativo imobilizado | <u>2.955</u> | <u>391</u> |

Ativos em construção

Do total de R\$4.867 em 2024, R\$2.800 referem-se aos projetos da cidade e do Parque Universitário. No entanto, as obras do Parque Universitário não foram iniciadas devido à necessidade de autorização prévia dos órgãos fiscalizadores do Governo do Distrito Federal. Além disso, R\$1.244 correspondem ao projeto da nova rede de internet sem fio no campus I da Universidade Católica de Brasília, enquanto R\$178 estão destinados à benfeitoria realizada na portaria e convivência no campus I da UNILESTE. Adicionalmente, R\$264 foram utilizados para o pagamento da elaboração e produção de materiais didáticos do Grupo UBEC, e R\$177 referem-se a benfeitorias em andamento na Biblioteca do UNILESTE e R\$70 estão destinados a benfeitorias de revitalização de ambientes no Colégio Católica Brasília.

11 Intangível

Movimentação - Exercício de 2024

| | <u>31/12/2023</u> | | <u>31/12/2024</u> | | | |
|----------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------|----------------|--|------------------------------|
| Descrição (Custo) | Custo | Adições | Baixas | Transf. | | Custo |
| Marcas e Patentes | 240 | - | - | - | | 240 |
| Software e Licenças de uso | 13.427 | 5.225 | - | - | | 18.652 |
| Conteúdos | 2.687 | 362 | - | 1.546 | | 4.595 |
| Aquisição de manutenção | <u>33.000</u> | - | - | - | | <u>33.000</u> |
| Total | <u>49.354</u> | <u>5.587</u> | - | <u>1.546</u> | | 56.487 |
| | | | | | | |
| Amortização | Amortização acumulada | Adições | Baixas | Transf. | | Amortização acumulada |
| Marcas e Patentes | (17) | (4) | - | - | | (21) |
| Software e Licenças de uso | (13.095) | (560) | - | - | | (13.655) |
| Outros | (401) | (617) | - | - | | (1.018) |
| Aquisição de manutenção | (5.821) | (1.774) | - | - | | (7.595) |
| Impairment Colégios | (10.268) | (14.035) | - | - | | (24.303) |
| | <u>(29.602)</u> | <u>(16.990)</u> | - | - | | <u>(46.592)</u> |
| Intangível Líquido | <u>19.752</u> | <u>(11.403)</u> | - | <u>1.546</u> | | <u>9.895</u> |

Movimentação - Exercício de 2023

| Descrição (Custo) | 31/12/2022 | | 31/12/2023 | | | Custo |
|----------------------------|---------------|---------|------------|---------|-------|---------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transf. | Custo | |
| Marcas e Patentes | 240 | - | - | - | - | 240 |
| Software e Licenças de uso | 13.086 | 341 | - | - | - | 13.427 |
| Conteúdos | 837 | - | - | 1.850 | - | 2.687 |
| Aquisição de manutenção | <u>33.000</u> | - | - | - | - | <u>33.000</u> |
| Total | 47.163 | 341 | - | 1.850 | - | 49.354 |

| Amortização | Amortização acumulada | Adições | Baixas | Transf. | Amortização acumulada |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|-----------------------|
| Marcas e Patentes | (12) | (5) | - | - | (17) |
| Software e Licenças de uso | (12.709) | (386) | - | - | (13.095) |
| Outros | (79) | (322) | - | - | (401) |
| Aquisição de manutenção | (4.326) | (1.495) | - | - | (5.821) |
| Impairment Colegios | (9.004) | (1.264) | - | - | (10.268) |
| | <u>(26.130)</u> | <u>(3.472)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(29.602)</u> |
| Intangível Líquido | <u>21.033</u> | <u>(3.131)</u> | <u>-</u> | <u>1.850</u> | <u>19.752</u> |

As amortizações do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de geração de benefícios econômicos futuros desses ativos. Os softwares possuem a taxa de amortização de 20% ao ano, já as licenças de uso possuem a taxa de amortização de acordo com a duração dos contratos, que na sua maioria tem duração de 12 meses. A transferências de Manutenção, FICR, CECC e CECMA possuem respectivamente as taxas de amortização de 10%, 16,66% e 8,61% ao ano.

Em 2024 foi realizado o teste de *impairment* em uma das UGS do Grupo UBEC por empresa especializada, após as análises com base em estimativas e premissas adotadas pela administração, estimou-se que o valor de uso da UGS Colégio Católica Machado de Assis é de R\$1.077 registrando uma perda de R\$14.035.

Baseado nesse estudo que apresentou uma perspectiva de redução do valor recuperável, foi realizado a provisão para perda nas demonstrações financeiras de 2024 sendo no valor de R\$14.035 referente ao Colégio Católica Machado de Assis. Nota explicativa nº11.

A administração adotará em 2025 medidas para reversão deste cenário, buscando obter aumento na captação de novos alunos, reduzindo custos fixos e implementando novas estratégias de marketing, adquirindo um ganho de eficiência e *market share* para uma melhor atuação no futuro.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|------------------------------|---------------|--------------|
| Produtos | 5.051 | 3.924 |
| Serviços | 3.781 | 3.294 |
| Outras Contas a Pagar | 3.666 | 1.419 |
| Circulante | 12.498 | 8.637 |
| Outras Contas a Pagar LP (a) | 7.905 | 2.604 |
| Não Circulante | 7.905 | 2.604 |

- (a) A conta Outras Contas a Pagar de Longo Prazo registra as obrigações junto a pessoas jurídicas decorrentes das aquisições de bens, serviços ou outras finalidades, com o prazo superior a 12 meses. O valor mais relevante dessa conta em 2024 foi de R\$6.785, referente a revitalização da infraestrutura de TI para a modernização do sistema de Internet sem fio no campus da Universidade Católica de Brasília.

13 Empréstimos e financiamentos

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | Taxa de juros | Indexadores | Ano/ vencimento |
|-----------------------|------------|--------------|---------------|-------------|--------------------|
| Capital de giro – Pré | - | 3.368 | 7,95% a.a. | n/a | 2024 |
| | - | 3.368 | | | |
| Circulante | - | 3.368 | | | |

Movimentação

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------|--------------|---------------|
| Saldo Inicial | 3.368 | 10.871 |
| Amortizações de principal | (3.358) | (6.902) |
| Pagamento de juros | (119) | (1.228) |
| Juros incorridos | 109 | 627 |
| Saldo final | - | 3.368 |

Os empréstimos e os financiamentos estão em moeda nacional e foram tomados para suportar a necessidade de capital de giro da Entidade. Nenhum dos contratos possui cláusulas de *covenants* financeiros. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro estão garantidos por equipamentos da Entidade.

14 Arrendamentos a pagar

| Direito de uso de arrendamento mercantil | Valor |
|--|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 19.253 |
| Novos arrendamentos celebrados | 3.335 |
| Amortização 2023 | (1.862) |
| Arrendamentos baixados renegociação de contrato 2023 | (576) |

| | |
|--|----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | <u>20.150</u> |
| Amortização 2024 | (1.849) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | <u>18.301</u> |

| Arrendamentos a pagar | Valor |
|--|----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u>23.212</u> |
| Circulante | 2.611 |
| Não circulante | <u>20.601</u> |
| Novos Arrendamentos celebrados | 3.335 |
| Arrendamentos baixados rescisão de contrato 2023 | (965) |
| Baixa por pagamento no exercício 2023 | (3.405) |
| Juros reconhecidos no exercício (AVP) 2023 | 3.477 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | <u>25.654</u> |
| Circulante | 4.105 |
| Não circulante | <u>21.549</u> |
| Baixa por pagamento no exercício 2024 | (3.819) |
| Juros reconhecidos no exercício (AVP) 2024 | 3.616 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | <u>25.451</u> |
| Circulante | 11.196 |
| Não circulante | <u>14.255</u> |

Os passivos de arrendamento são representados por arrendamentos de imóveis e a taxa de desconto utilizada é de 0,91% e 1,36% ao mês.

15 Obrigações trabalhistas e sociais

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|----------------------|----------------------|
| Provisão de férias e respectivos encargos | 12.002 | 14.153 |
| Salários a pagar | 8.716 | 8.106 |
| Rescisões a pagar | 142 | 9 |
| Banco de horas | 511 | 575 |
| Benefícios e assistência médica | 3.559 | 3.086 |
| Encargos sociais a recolher | <u>3.121</u> | <u>2.692</u> |
| | <u>28.051</u> | <u>28.621</u> |

16 Impostos, taxas e contribuições diversas

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------|---------------------|---------------------|
| IRRF a recolher | 5.946 | 5.229 |
| ISS a recolher | 121 | 84 |
| Contribuições retidas | <u>86</u> | <u>76</u> |
| | <u>6.153</u> | <u>5.389</u> |

Por ser uma entidade filantrópica, a UBEC goza de isenção tributária e os valores acima referem-se a impostos retidos na fonte a recolher.

17 Obrigações por convênios

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------|---------------------|----------------------|
| Convênio SES (a) | 2.313 | 3.664 |
| Convênio Softex (b) | 95 | 2.068 |
| Convênio FAPDF (c) | 2.620 | 3.123 |
| Convênio FINEP (d) | 2.289 | 2.588 |
| Convênio HFA (e) | 1.307 | 1.054 |
| Outros convênios | 948 | 440 |
| | <u>9.572</u> | <u>12.937</u> |

- (a) Os convênios intitulados SES são contratos firmados com a Secretaria de Saúde do DF com o objetivo de promover estágios obrigatórios supervisionados nas dependências das Unidades de Saúde do Distrito Federal. A obrigação é constituída pela contrapartida devida pela Instituição de Ensino por meio de realização de benfeitorias e/ou compra de equipamentos médicos para as unidades de saúde do DF.
- (b) O Programa Prioritário Softex, tem por objeto a execução do projeto Residência em TIC, no âmbito dos Programas e Projetos Prioritários de Informática (PPI). O programa seguirá o Plano de Utilização apresentado pela UCB e aprovado pela Softex.
- (c) O Termo de Colaboração firmado entre a FAPDF e a UCB, tem por objeto a Cocriação de protótipo de escola inovadora a ser implementada de forma piloto em Escola Pública do Distrito Federal, conforme Plano de Trabalho deste projeto.
- (d) Projeto firmado com o Finep para atualização da Infraestrutura da UCB para consolidação de Centros de Referência no DF e Centro Oeste, com duração de 36 meses no valor total de R\$ 3.435.
- (e) A obrigação é constituída pela contrapartida devida pela Instituição de Ensino, por meio de concessão de bolsas integrais de pós-graduação, do fomento a ações de valorização e formação dos supervisores do HFA, além de investimentos nos cenários de prática, conforme as necessidades apontadas pelo órgão.

| Natureza | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| | Ativo | Passivo | Ativo | Passivo |
| Com contrapartida financeira | - | 3.960 | - | 5.079 |
| Sem contrapartida financeira | <u>5.105</u> | <u>5.612</u> | <u>7.619</u> | <u>7.858</u> |
| Total | <u>5.105</u> | <u>9.572</u> | <u>7.619</u> | <u>12.937</u> |

18 Adiantamentos de clientes

Os valores referem-se a recebimentos antecipados de mensalidades da competência 2025 e períodos letivos futuros, cuja receita será apropriada no exercício correspondente de acordo com o regime de competência.

19 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

A UBEC está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, relacionados a processos tributários, trabalhistas e cíveis. As Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados responsáveis. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a. Descrição

| | Saldo em 31/12/2023 | Constituição | Baixas | Reversões | Atualizações | Saldo em 31/12/2024 |
|---------------------------------------|------------------------|--------------|----------------|----------------|--------------|------------------------|
| Provisão para riscos trabalhistas (i) | 9.327 | 3.999 | (4.756) | (1.010) | 22 | 7.582 |
| Provisão para riscos cíveis (ii) | 581 | 2.311 | (1.081) | (56) | 7 | 1.762 |
| Provisão para riscos administrativos | 1.328 | 9 | (418) | (2) | - | 917 |
| | <u>11.236</u> | <u>6.319</u> | <u>(6.255)</u> | <u>(1.068)</u> | <u>29</u> | <u>10.261</u> |

| | Saldo em 31/12/2022 | Constituição | Baixas | Reversões | Atualizações | Saldo em 31/12/2023 |
|---------------------------------------|------------------------|---------------|----------------|------------------|--------------|------------------------|
| Provisão para riscos trabalhistas (i) | 11.503 | 3.965 | (4.196) | (1.955) | 10 | 9.327 |
| Provisão para riscos cíveis (ii) | 2.843 | 294 | (2.568) | (137) | 149 | 581 |
| Provisão para riscos administrativos | - | 1.372 | (44) | - | - | 1.328 |
| Provisão para riscos fiscais (iii) | <u>365.978</u> | <u>15.061</u> | <u>-</u> | <u>(381.039)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>380.324</u> | <u>20.692</u> | <u>(6.808)</u> | <u>(383.131)</u> | <u>159</u> | <u>11.236</u> |

Breve descrição quanto às naturezas das provisões constituídas:

- i. Processos de natureza trabalhista: possuem como objeto pedidos variados, principalmente relacionados ao pagamento de horas extras, diferenças salariais, dentre outras verbas trabalhistas, e pedidos de empresas de terceirização de mão de obra, em que a responsabilidade da UBEC é apenas subsidiária.
- ii. Processos de natureza cível: demandas relacionadas a reclamações de terceiros – pessoas física e jurídica, alunos e outros – contra as instituições de ensino referentes a perdas e danos.
- iii. Processos de natureza tributária: autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) em relação à imunidade tributária das Contribuições Previdenciárias para a Seguridade Social.

Considerando o trânsito em julgado dos autos de infração junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e consequente manutenção integral do débito fiscal na seara administrativa, a UBEC preventivamente ajuizou duas ações (uma em 2022 e outra em 2023) para discutir o mérito dos fatos geradores. Em 08 de outubro de 2024, a PGFN ajuizou a Execução Fiscal n.º 1080017-83.2024.4.01.3400 (“Execução Fiscal”), referente aos créditos tributários decorrentes dos autos de infração n.º 37.156.742-4 (14041.001179/2008-14); 37.156.743-2 (14041.001180.2008-31); 37.156.744-0 (14041.001181.2008-85); 37.156.746-7 (14041.001183/2008-74); e 37.156.747-5 (14041.001184/2008-19), que somam o valor atualizado de R\$ 491.251.512,90 (quatrocentos e noventa e um milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e doze reais e noventa centavos). A Execução Fiscal foi distribuída para a 18ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Em 26 de novembro de 2024 foi apresentada a garantia dos créditos tributários em bens imóveis, estando pendente decisão quanto à aceitação da garantia ofertada. A análise de prognóstico e provisão referente a essas duas ações judiciais foi realizada por escritório especializado independente.

b. Contingências classificadas como risco de perdas possíveis (não provisionadas no balanço)

A Entidade tem ações de naturezas cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possível pela Administração, no montante de R\$ 492.824 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 382.489 em 31 de dezembro de 2023), com base na avaliação dos advogados responsáveis, para as quais não há provisão constituída.

As principais contingências estão relacionadas a ações tributárias.

| | <u>31/12/2024</u> | | <u>31/12/2023</u> | |
|--------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Quantidade | R\$ | Quantidade | R\$ |
| Cíveis | 11 | 672 | 9 | 487 |
| Fiscais | 1 | 491.252 | 1 | 381.039 |
| Trabalhistas | 16 | 888 | 13 | 951 |
| Tributários | 1 | 12 | 1 | 12 |
| Total | 29 | 492.824 | 24 | 382.489 |

c. Depósitos e bloqueios judiciais

Os depósitos judiciais referem-se relevantemente à natureza trabalhista, cujos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Processos trabalhistas | 1.876 | 2.076 |
| Processos cíveis | 41 | 278 |
| Processos Administrativos | - | 100 |
| Processos tributários | 1.745 | 1.644 |
| | 3.662 | 4.098 |

Apresentamos, a seguir, a movimentação da rubrica de depósitos e bloqueios judiciais:

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 4.098 | 3.870 |
| (+) Adições | 527 | 662 |
| (-) Baixas | (963) | (434) |
| Saldo final | 3.662 | 4.098 |

Os bloqueios judiciais referem-se à natureza cível, cujos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Processos cíveis | - | 8 |
| Saldo Final | - | 8 |

20 Patrimônio líquido

A UBEC aplica as subvenções e as doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas, integralmente em território nacional, para a manutenção e a ampliação de suas finalidades estatutárias, na forma da lei, suas rendas e seus recursos, bem como o resultado apurado nos exercícios sociais.

A conta de ajuste de avaliações patrimoniais refere-se ao registro da mais valia dos bens imóveis da Entidade quando da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado em 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

A amortização da mais valia das edificações é calculada de acordo com as taxas de depreciação dos imóveis, conforme Nota Informativa nº 10a. Terrenos, por não sofrer depreciação ou amortização, permanecerá no patrimônio líquido. A sua realização ocorrerá somente pela venda ou doação.

21 Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a. Receita líquida de serviços

| | 2024 | 2023 |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Receita de mensalidades (a) | 573.336 | 488.699 |
| Prestação de serviços (b) | 5.003 | 4.031 |
| Receita de convênios (c) | 5.502 | 4.263 |
| Receita SUS (d) | 5.058 | 3.746 |
| Receita venda de livros | <u>11.254</u> | <u>9.404</u> |
| Receita bruta de vendas | <u>600.153</u> | <u>510.143</u> |
| Bolsa Prouni integral (e) | (59.202) | (42.284) |
| Bolsa Prouni parcial (e) | (359) | (424) |
| Bolsa social integral (e) | (23.232) | (13.481) |
| Bolsa social parcial (e) | (1.490) | (1.196) |
| Bolsas funcionais (f) | (8.512) | (8.827) |
| Descontos concedidos sobre mensalidades (g) | (108.357) | (83.100) |
| Devoluções e cancelamentos (h) | (9.612) | (7.108) |
| Outras deduções | <u>(220)</u> | <u>(355)</u> |
| Deduções da receita | <u>(210.984)</u> | <u>(156.775)</u> |
| Receita líquida | <u>389.169</u> | <u>353.368</u> |

- (a) Receita de mensalidades: é composta por mensalidades do ensino superior e ensino básico incluindo os encargos por atraso de mensalidades.
- (b) Receitas com serviços: trata-se de atividades extracurriculares que os alunos realizam nas instituições mantidas, como práticas esportivas, taxa de vestibular, curso pré-vestibular, entre outros.
- (c) Receita de convênios: As Instituições de ensino superior firmam convênios com empresas públicas/privadas, para difundir o conhecimento com o intuito de beneficiar a sociedade com novas descobertas.
- (d) Receita SUS/Unileste: Contrato firmado entre a Unileste/MG e a Prefeitura de Ipatinga/MG para prestação de serviços nas áreas de fisioterapia e reabilitação física.
- (e) Bolsa Prouni e Social: Dentro de seus objetivos estatutários e para cumprimento da filantropia, a Entidade aplica parte substancial de seus recursos na concessão de bolsas de estudos.

- (f) Bolsa funcional: São bolsas concedidas aos colaboradores e/ou seus dependentes por força de convenção coletiva de trabalho.
- (g) Descontos concedidos sobre mensalidades: Substancialmente trata-se de descontos comerciais.
- (h) Devoluções e cancelamentos: Trata-se de devoluções e cancelamentos de mensalidades.

b. Custo dos serviços prestados

Esta rubrica representa a alocação dos custos diretos relacionados à prestação de serviço. Cada uma das mantidas da UBEC representa centros de custos distintos.

| | 2024 | 2023 |
|----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Custos SUS | | |
| Salários | (1.092) | (1.055) |
| Encargos sociais | (111) | (110) |
| Benefícios | (32) | (19) |
| Despesas com material de consumo | (2.455) | (1.824) |
| Serviços de terceiros | (2) | (2) |
| Despesas com transporte | - | (1) |
| Depreciação e amortização | (52) | (44) |
| | <u>(3.744)</u> | <u>(3.055)</u> |
| Custos educação | | |
| Salários | (144.287) | (120.448) |
| Encargos sociais | (13.265) | (11.007) |
| Benefícios | (15.035) | (11.581) |
| Despesas com material de consumo | (2.787) | (2.549) |
| Serviços de terceiros | (8.904) | (5.039) |
| Despesas com manutenção | (998) | (1.055) |
| Utilidades e serviços | (816) | (330) |
| Despesas com viagens | (482) | (182) |
| Despesas com transporte | (432) | (515) |
| Depreciação e amortização | (25.130) | (6.127) |
| Outros custos | (3.574) | - |
| Custo dos livros vendidos | (8.117) | (7.807) |
| | <u>(223.827)</u> | <u>(166.640)</u> |
| | <u><u>(227.571)</u></u> | <u><u>(169.695)</u></u> |

c. Despesas gerais e administrativas

| | 2024 | 2023 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Salários, benefícios e encargos | (63.689) | (69.439) |
| Despesas com material de consumo | (3.407) | (3.800) |
| Serviços de terceiros | (21.593) | (18.958) |
| Despesas com manutenção | (5.890) | (6.409) |
| Utilidades e serviços | (14.212) | (11.362) |
| Despesas com viagens | (1.266) | (802) |
| Despesas com transporte | (917) | (1.154) |
| Depreciação e amortização | (8.341) | (12.989) |
| Despesas com encargos educacionais | (232) | (205) |
| Outras despesas | (2.516) | (5.016) |
| | <u>(122.063)</u> | <u>(130.134)</u> |

d. Despesas comerciais

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Propaganda/Publicidade | (10.737) | (10.908) |
| Endomarketing | (1.777) | (1.435) |
| Promoções/Eventos/Brindes/Cortesias | (2.730) | (1.550) |
| Outros | (11) | - |
| Total | <u>(15.255)</u> | <u>(13.893)</u> |

e. Outras receitas (despesas) operacionais

| | 2024 | 2023 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Outras receitas operacionais | | |
| Reversão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais líquida | - | 362.365 |
| Receita de aluguéis | 4.585 | 4.139 |
| Recuperação de despesa | 1.256 | 3.518 |
| Reversão de banco de horas | 931 | 793 |
| Alienação de bens | 2.969 | 391 |
| Outros | 147 | 746 |
| | <u>9.888</u> | <u>371.952</u> |
| Outras despesas operacionais | | |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais líquida | (5.280) | - |
| Ressarcimento | (2) | (17) |
| Perda | (1.590) | (1.606) |
| Inventário de estoque | (75) | (411) |
| | <u>(6.947)</u> | <u>(2.034)</u> |

Destacamos a seguir a natureza das principais rubricas:

- Receita de aluguéis: refere-se à locação de espaço físico para o funcionamento de lanchonetes nas Instituições mantidas e para realização de eventos/aplicação de provas por outras empresas.
- Ressarcimento/Outros: composto principalmente por perda, recuperação de despesa e reversão de outras despesas operacionais.
- Alienação de bens: refere-se a baixas por venda de bens imóveis, bens móveis, veículos e computadores, considerados obsoletos ou substituídos pelas Instituições Mantidas.

f. Resultado financeiro

O grupo de receitas financeiras está composto principalmente pelos rendimentos obtidos com aplicações financeiras e os encargos referentes a renegociações de mensalidades. O grupo de despesas financeiras é composto principalmente pelos juros sobre arrendamento mercantil e pelo desconto sobre acordo. Vide composição a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|--|----------------|----------------|
| Receitas financeiras | 17.993 | 12.839 |
| Juros recebidos | 10 | 14 |
| Descontos obtidos | 4.549 | 184 |
| Rendimentos aplicações financeiras | 7.174 | 5.538 |
| Encargos por atraso sobre acordo de mensalidades | 4.275 | 4.640 |
| Atualização monetária - financiamento mensalidades | 1.985 | 2.463 |
| Despesas financeiras | (8.108) | (7.490) |
| Juros passivos | (566) | (1.530) |
| Juros sobre arrendamento mercantil CPC 06 | (3.616) | (3.476) |
| Descontos concedidos | (266) | (29) |
| Despesas bancárias | (1.184) | (1.010) |
| Desconto financeiro sobre acordos a receber | (2.476) | (1.445) |
| Resultado financeiro | 9.885 | 5.349 |

22 Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade registrou o montante de R\$ 6.306 (R\$ 7.461 em 2023), referente a trabalhos voluntários.

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|---------|---------|
| Trabalho Voluntário | | |
| Receita com trabalho voluntário | 6.306 | 7.461 |
| Despesa com trabalho voluntário | (6.306) | (7.461) |

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente por contas-correntes bancárias, saldos de aplicações financeiras, créditos a receber, fornecedores, arrendamentos, empréstimos e financiamentos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado (taxa de juros)
- Risco operacional

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras
- Contas a receber
- Fundo garantidor FIES
- Contas a pagar a fornecedores e outras
- Arrendamentos a pagar
- Empréstimos e financiamentos.

a. *Risco de crédito*

Representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber e outros créditos.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

b. *Risco de crédito*

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, a exposição da UBEC ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A UBEC constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao potencial de perda na data do balanço. Esses valores e os critérios adotados estão mencionados na Nota Explicativa nº 5.

c. *Risco de liquidez*

Representa o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos estão representados pelas obrigações decorrentes do risco fiscal, fornecedores, empréstimos, financiamentos, obrigações sociais e trabalhistas.

A Administração declara que possui capacidade financeira de honrar com suas obrigações exigíveis e registradas nas demonstrações financeiras. O passivo relativo à provisão para riscos fiscais, detalhada na Nota Explicativa nº 19, não é atualmente exigível, tendo a probabilidade de perda apontada em possível.

Em 31 de dezembro de 2024, o fluxo de pagamentos para os passivos existentes da Entidade é apresentado a seguir:

Aging de passivos em 31/12/2024

| | Valor contábil | 2 meses ou menos | 2-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais que 5 anos |
|--|-----------------------|-------------------------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------------|
| Passivos existentes | | | | | | |
| Arrendamentos | 25.451 | 1.691 | 9.505 | 2.385 | 2.980 | 8.890 |
| Fornecedores | 11.014 | 4.870 | 6.144 | - | - | - |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 10.261 | - | 10.261 | - | - | - |
| Provisão para riscos fiscais | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 28.051 | 12.642 | 15.409 | - | - | - |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 6.153 | 6.153 | - | - | - | - |
| Obrigações com convênios | 9.572 | - | 9.572 | - | - | - |
| Adiantamento de clientes | 15.631 | - | 15.631 | - | - | - |
| Outros passivos | 9.389 | 134 | 1.350 | 7.905 | - | - |
| Total | 115.522 | 25.490 | 67.872 | 10.290 | 2.980 | 8.890 |

Aging de passivos em 31/12/2023

| | Valor contábil | 2 meses ou menos | 2-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais que 5 anos |
|--|-----------------------|-------------------------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------------|
| Passivos existentes | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos bancários | 3.368 | 658 | 2.710 | - | - | - |
| Arrendamentos | 25.654 | 164 | 987 | 3.362 | 5.574 | 15.567 |
| Fornecedores | 7.218 | 4.644 | 2.574 | - | - | - |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 11.236 | - | 11.236 | - | - | - |
| Provisão para riscos fiscais | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações trabalhistas e sociais | 28.621 | 11.439 | 17.182 | - | - | - |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 5.389 | 5.389 | - | - | - | - |
| Obrigações com convênios | 12.937 | - | 8.495 | 2.588 | 1.854 | - |
| Adiantamento de clientes | 11.610 | - | 11.610 | - | - | - |
| Outros passivos | 4.023 | 133 | 1.286 | 2.604 | - | - |
| Total | 110.056 | 22.427 | 56.080 | 8.554 | 7.428 | 15.567 |

d. Risco de mercado (taxa de juros)

Representa o risco da Entidade à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados à atualização de passivos financeiros, em especial daqueles decorrentes de riscos fiscais (vide Nota Explicativa nº 19) e aos empréstimos/financiamentos contraídos de instituições financeiras (vide Nota Explicativa nº 13). A Administração da Entidade estima que não haja volatilidade relevante diante da exposição atualmente contratada.

e. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade estão classificados nas seguintes categorias:

- (1) Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (2) Custo amortizado.

As posições dos instrumentos financeiros da UBEC em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 eram as seguintes:

| | Categoria | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-----------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Aplicações financeiras temporárias | (1) | 69.529 | 21.570 |
| Recursos financeiros vinculados a convênios | (2) | 5.105 | 7.619 |
| Créditos a receber | (2) | 42.467 | 38.282 |
| Adiantamentos | (2) | 10.258 | 11.462 |
| Outros créditos | (2) | 5.338 | 3.930 |
| Fundo garantidor FIES | (2) | 9.494 | 8.309 |
| Aplicações financeiras vinculadas | (2) | 133 | 14.151 |
| Depósitos judiciais | (2) | 3.662 | 4.098 |
| | | <u>145.986</u> | <u>109.421</u> |
| Passivo | | | |
| Fornecedores | (2) | 12.498 | 8.637 |
| Empréstimos e financiamentos | (2) | - | 3.368 |
| Arrendamentos a pagar | (2) | 25.451 | 25.654 |
| Adiantamento de clientes | (2) | 15.631 | 11.610 |
| | | <u>53.580</u> | <u>49.269</u> |

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

| 31 de dezembro de 2024 | | Valor Contábil | Valor Justo | | |
|---|----|----------------|---------------|---------|---------------|
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo | NE | VJR | Total | Nível 2 | Total |
| Aplicações financeiras temporárias | 4 | 69.529 | <u>69.529</u> | 69.529 | <u>69.529</u> |
| Total | | | <u>69.529</u> | | <u>69.529</u> |

| 31 de dezembro de 2023 | | Valor Contábil | Valor Justo | | |
|---|----|----------------|---------------|---------|---------------|
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo | NE | VJR | Total | Nível 2 | Total |
| Aplicações financeiras temporárias | 4 | 21.570 | <u>21.570</u> | 21.570 | <u>21.570</u> |
| Total | | | <u>21.570</u> | | <u>21.570</u> |

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis, apresentados como custo amortizado.

| 31 de dezembro de 2024 | | Valor Contábil | | |
|---|-------|-------------------------|---------------|--|
| Ativos financeiros mensurados custo amortizado | NE | Custo Amortizado | Total | |
| Recursos financeiros vinculados a convênios | 17 | 5.105 | 5.105 | |
| Créditos a receber | 5 | 42.467 | 42.467 | |
| Adiantamentos | 6 e 7 | 10.258 | 10.258 | |
| Outros créditos | 8 | 5.338 | 5.338 | |
| Fundo garantidor FIES | | 9.494 | 9.494 | |
| Aplicações financeiras vinculadas | 4 | 133 | 133 | |
| Depósitos judiciais | 19 | 3.662 | 3.662 | |
| Total | | <u>76.457</u> | <u>76.457</u> | |

| | | Valor Contábil | | |
|--|----|-------------------------|---------------|--|
| Passivo financeiros mensurados custo amortizado | NE | Custo Amortizado | Total | |
| Fornecedores | 12 | 12.498 | 12.498 | |
| Arrendamentos a pagar | 14 | 25.451 | 25.451 | |
| Adiantamento de clientes | 18 | 15.631 | 15.631 | |
| Total | | <u>53.580</u> | <u>53.580</u> | |

| 31 de dezembro de 2023 | | Valor Contábil | |
|--|-------|------------------|---------------|
| Ativos financeiros mensurados custo amortizado | NE | Custo Amortizado | Total |
| Recursos financeiros vinculados a convênios | 17 | 7.619 | 7.619 |
| Créditos a receber | 5 | 38.282 | 38.282 |
| Adiantamentos | 6 e 7 | 11.462 | 11.462 |
| Outros créditos | 8 | 3.930 | 3.930 |
| Fundo garantidor FIES | | 8.309 | 8.309 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 4 | 14.151 | 14.151 |
| Depósitos judiciais | 19 | 4.098 | 4.098 |
| Total | | 87.851 | 87.851 |

| Passivo financeiros mensurados custo amortizado | | Valor Contábil | |
|---|----|------------------|---------------|
| | NE | Custo Amortizado | Total |
| Fornecedores | 12 | 8.638 | 8.638 |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | 3.368 | 3.368 |
| Arrendamentos a pagar | 14 | 25.654 | 25.654 |
| Adiantamento de clientes | 18 | 11.610 | 11.610 |
| Total | | 49.270 | 49.270 |

f. Hierarquias de valores justos

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, os quais estão registrados pelos seus valores justos. Os diferentes níveis foram definidos da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos semelhantes.
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Entidade evidencia no quadro abaixo, os seus respectivos instrumentos financeiros, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

| | 31/12/2024 | | | | 31/12/2023 | | | |
|------------------------------------|------------|---------|---------|--------|------------|---------|---------|--------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Aplicações financeiras temporárias | - | 69.529 | - | 69.529 | - | 21.570 | - | 21.570 |

g. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O passivo financeiro da Entidade está parcialmente atrelado à variação do CDI, índice de reajuste dos contratos de financiamento. Além disso, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 7,95% a.a.

Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

O ativo financeiro da Entidade está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações do CDI, adotando-se a data base 31 de dezembro de 2024,

definimos o Cenário Provável para os 12 meses seguintes e a partir deste, simulamos variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

| Risco | Cenário (I) provável | Cenário (II) 25% | Cenário (III) 50% |
|--|-------------------------|---------------------|----------------------|
| CDI (%) | 10,88% | 13,59% | 16,31% |
| Resultado financeiro atrelado ao DI | <u>7.576</u> | <u>9.471</u> | <u>11.365</u> |
| Receitas financeiras – se confirmado o cenário | <u>-</u> | <u>(1.895)</u> | <u>(3.789)</u> |

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

24 Partes relacionadas

De acordo com Política Corporativa aprovada, considera-se que uma pessoa física está relacionada com a UBEC quando essa pessoa ou membro próximo de sua família e/ou sua congregação/dioocese (a) for uma das pessoas ligadas a entidades associadas ao Grupo UBEC, aos membros da Assembleia Geral, do Conselho das Associadas, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, ou (b) exerça Influência Significativa sobre a UBEC ou sobre suas Unidades de Missão.

Considera-se que uma pessoa jurídica está relacionada com a UBEC quando essa entidade (a) for uma das Associadas da UBEC; (b) pertença às Associadas do Grupo UBEC; (b) tenha como sócios, associados ou administradores as pessoas ligadas a entidades associadas ao Grupo UBEC, aos membros da Assembleia Geral, do Conselho das Associadas, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ou (c) tenha relação com pessoa com Influência Significativa ou membro próximo da família e/ou congregação/dioocese das pessoas listadas.

24.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Estão restritas às remunerações por meio de salários e benefícios, para aqueles não estatutários e contratados pelo regime celetista. Os dirigentes estatutários não são remunerados, exceto a presidência do Conselho de Administração pela gestão executiva realizada na UBEC, nos parâmetros da Lei n. 187/2021 e com valor estipulado em Assembleia Geral.

| | 2024 | 2023 |
|------------------------------|------------|------------|
| Pessoal-chave | | |
| Remuneração da administração | 329 | 266 |
| Tota da remuneração | <u>329</u> | <u>266</u> |

24.2 Outras transações com partes relacionadas

Nos termos do CPC 05 (R1), “transações com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas independentemente de haver ou não um valor alocado à transação”.

Durante o exercício, foram firmadas parcerias e contratações entre a UBEC e suas respectivas Partes Relacionadas. O valor das transações e saldos em aberto referentes às transações com estas Associadas estão apresentados no quadro abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Ativo | | |
| Contas a receber de clientes | 313 | 61 |
| Adiantamento a fornecedores | 16 | - |
| Total Ativo | 329 | 61 |
| | 2024 | 2023 |
| Passivo | | |
| Fornecedores | 79 | - |
| Arrendamento a pagar | 3.944 | 878 |
| Arrendamento a pagar LP | 1.544 | 4.641 |
| Total Passivo | 5.567 | 5.519 |
| | 2024 | 2023 |
| Receitas | | |
| Receita de mensalidades | 669 | 95 |
| Outras receitas operacionais | 88 | 27 |
| Total Receitas | 757 | 122 |
| | 2024 | 2023 |
| Custos/Despesas | | |
| Custo dos serviços educacionais | (66) | (145) |
| Despesas gerais administrativas | (618) | (635) |
| Total Custos e Despesas | (684) | (780) |

As transações são realizadas com base em custos incorridos, sem remuneração adicional.

25 Outras informações

25.1 Compromisso assumido – Construção de parque universitário

Em 2020 a entidade, por meio da sua unidade de missão UCB, assinou um termo de ajuste de conduta (TAC) com o ministério Público do Distrito Federal, com o objetivo de construir e comprometer-se com a manutenção de um parque urbano universitário no campus de Taguatinga. Em setembro de 2024, houve a criação do Parque Urbano, por meio de publicação no Diário Oficial. No momento, estão sendo elaborados os projetos executivos para continuidade de execução das obras.

Ir. Paulo Fossatti
Conselheiro Presidente

Marcelo Vinicius Santos Chaves
Diretor Geral - CEO

Roseane Costa Rodrigues
Contadora CRC DF-015918/O



UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO CATÓLICA

UBEC - União Brasileira de Educação Católica | Escritório Central

QS 07 Lote 01 Bloco L, Taguatinga Sul/DF | CEP: 71966-700

ubec.edu.br (61) 3383-9009